

Pedro  
Vieira  
de  
Almeida

## Da Utilidade Social da Arquitectura

*Os architectos são hoje forçados, pelo próprio condicionalismo socio-económico em que a sua actividade se exerce, a interrogar-se sobre o tipo de responsabilidade social da Arquitectura e sobre a «rentabilidade social» da sua função de architectos. Entendendo a arquitectura como «modelação de espaços praticáveis interiores ou exteriores», ela não pode, porém, ser considerada um «luxo» desde que, através do trabalho de grupo e do diálogo com as Ciências Humanas, se situe numa relação dialéctica com a realidade social.*

1. Se tem havido atitudes de architectos que progressivamente se têm tornado mais importantes, no sentido de terem vindo a ganhar cada vez mais fundas repercussões num comportamento responsabilizado de classe, a de Danilo DOLCI abandonando a actividade profissional, põe-nos hoje e por-nos-á talvez ainda durante várias gerações, diante de uma opção moral difícil e grave.

Vários têm sido os aspectos postos em relevo na discussão que a sua atitude suscitou, e independentemente de todos os condicionalismos particulares que de alguma maneira possam justificar e por isso mesmo limitar o âmbito operacional da sua tomada de posição, certas perguntas ficam de pé, e essas não podem ser cómodas e tranquilizadamente consideradas como enquadráveis apenas por um determinado conjunto de factores político-socio-económico-culturais. Seria cómodo, embora falso, na mesma medida: a atitude de DOLCI não é evidentemente uma atitude isolada, mas representa a opinião de um vasto sector de profissionais e polariza algumas das mais fundas preocupações dos architectos de hoje. Se quanto ao método de intervenção por que se optou é possível a dúvida, já não o é quanto às várias questões de fundo

que estão na origem do polémico abandono. Assim, hoje, os arquitectos são forçados a interrogarem-se, entre outras coisas, sobre:

- a) qual é verdadeiramente o tipo da responsabilidade da arquitectura;
- b) qual a «utilidade social» da actividade profissional do arquitecto.

Estes dois problemas parecem importantes; ambos tratam do mesmo ponto, que é o das relações da arquitectura com a sociedade, embora com focagens diferentes: se o primeiro representa mais o ponto de vista do arquitecto, no segundo interessa mais o ponto de vista da sociedade, e é o arquitecto que é objecto de crítica.

Ordenando as dificuldades podemos talvez detectar para a arquitectura três níveis fundamentais de progressiva responsabilização social:

- 1.º a arquitectura é uma actividade apenas artística e como tal enquadrada em esquemas de estética, filosofia, sociologia da arte, ...;
- 2.º a arquitectura como actividade que reflecte vários tipos de preocupações, revela ao arquitecto a gravidade dos problemas à escala nacional (problema da habitação, urbanístico, da planificação do território), mas é através de outro tipo de acção que se vai medir não a responsabilidade do arquitecto enquanto arquitecto, mas a sua responsabilidade de homem;
- 3.º como actividade enraizada sociologicamente, a arquitectura ela própria responde e propõe novas formulações das necessidades, comportamentos e aspirações do homem de hoje.

É de notar que o esquema está ordenado num sentido de progressiva responsabilização da arquitectura como acto e, embora os três níveis sejam independentes, o esquema deve tomar-se pelo que é, quer dizer: estes níveis de responsabilização referem-se a grandes manchas de situação e consciência díspares e que não só podem, mas que fatalmente coexistem, na realidade.

2. No entanto, e isto é importante, embora no primeiro caso a arquitectura ela própria, se não considere *comprometida*, o arquitecto como homem não pode alhear-se da sua responsabilidade a todo o tempo presente. Nesta primeira hipótese, a arquitectura ela mesma é colocada à parte da luta quotidiana que uma acção responsável implica. Assim, embora não separável do contexto que a

envolve (a que Fernando TÁVORA, dá o nome de «circunstância»), a arquitectura aparece como actividade muito mais reflexa do que proponente. O seu papel aqui será bastante semelhante ao de qualquer outra arte plástica. FRANCASTEL fez notar que em várias histórias de arte encaradas sob o ponto de vista sociológico, é vulgar o erro de se tentar explicar a pintura através da orgânica social a ela contemporânea, sem se ver que a arte é, não um produto da sociedade, mas um *factor* e como tal a pintura (como as outras artes, de resto) e a sociedade-ela-mesma- têm não só de se explicar mutuamente, mas ainda de se interexplicarem.

É no entanto de lembrar que a arte embora inegavelmente *factor*, perdeu em relação à sociedade, talvez na medida exacta em que a nossa época se pode considerar de crise e de transição, uma anterior rentabilidade, uma operacionalidade nas suas propostas; e fatalmente assim teria de ser, dado que as propostas operacionais são feitas em domínios técnicos, mais restritos, talvez menos ambiciosos, mas certamente mais reais, menos utópicos e mais objectivos. Sobre a sociologia da arte é assim necessário ter presente que se trabalha uma ideia duplamente dinâmica: dinâmica pelo nosso conhecimento sempre historicamente condicionado de relações, dinâmica pelo facto de que essas relações, que ligam os dois termos arte-sociedade, são necessariamente mutáveis ao longo da história, e até, se nos referirmos ao momento presente e se tomarmos como ponto de comparação qualquer das épocas de «cultura» da história da arte, podemos supor terem essas relações vindo a enfraquecer progressivamente.

Quer isto dizer que a arte é cada vez menos directamente empenhada (e insisto: directamente), que a «função social» da arte é agora mais diluída. Mas, e com isto suponho chamar a atenção para qualquer coisa que me parece importante, se se tem focado muitas vezes o aspecto da sociologia da arte como método indispensável, na história, na crítica, na investigação, na ordenação de colecções e museus, e embora justíssimas as reivindicações dos sociólogos, talvez se não tenha dado o mesmo relevo à importância que tem essa mesma consciência sociológica (e *sociológica* no sentido em que os historiadores de arte empregam a palavra) no próprio acto de criar. Essa me parece ser agora e ter sido sempre a condição indispensável da criação. Sem esse conhecimento, a criação resulta amadorística e inconsistente. É aí o limite das vanguardas e das experiências de ponta: a experiência não é, ou não deve ser, desordenada, nem pode ser gratuita, entenda-se: plásticamente gratuita.

3. Pensemos agora um pouco na segunda hipótese. Parece não muito arriscado entender que a arquitectura, para além daquele contacto com a «circunstância» que é forçoso, não só na

actividade artística, mas em qualquer tipo de actividade, tem ainda uma forma particular de se abrir para, e de analisar também, os fenómenos sociais.

Parece evidente que a arquitectura é, no panorama das actividades artísticas, singularmente sensível a uma massificação da cultura e do público, a problemas de urbanização e de despovoamento de zonas rurais, a condicionamentos físicos, como o clima, a natureza dos solos, e por outro lado ao aparecimento de novos materiais, novos meios de produção, de organização de trabalho e de técnicas de pré-fabrico. Assim, o arquitecto que verdadeiramente saiba das implicações com que na época actual se joga na sua arte, toma conhecimento de problemas que vão desde uma renovada noção de família, até problemas de produção e desenvolvimento, desde portanto a correcta articulação cozinha-sala de estar-lavagem, até à planificação geral do território. Mas, e esta é a hipótese em estudo, a arquitectura não pode ela própria alterar situações de injustiça social, ou de não aproveitamento de riquezas naturais; como Giovanni Klaus KÖNIG escreveu já, a propósito de um certo utopismo das propostas iniciais da arquitectura moderna, e da ideia de «consumo» da linguagem do racionalismo <sup>1</sup>, podemos dizer que justiça e liberdade não são conceitos susceptíveis de se exprimirem em termos de arquitectura.

Efectivamente a arquitectura é hoje enquadrada por uma série de técnicas que lhe limitam um anterior raio de acção. Podemos analisar quantitativamente factores de conforto, como a luz, a humidade, a temperatura, a insonorização. Podemos analisar quantitativamente áreas de habitação e determinar índices mínimos e máximos de superfície por habitante. Podemos analisar de forma estatística os efeitos da cor em hospitais, fábricas, locais de trabalho... Fazemos esquemas de circulações, verificamos o efeito da redução ou aumento de fadiga pela melhor ou pior relação cozinha-jantar, analisamos assim a função da mulher dentro da casa, as relações entre pais e filhos e entre a família e os vizinhos e os amigos exteriores. Analisam-se comportamentos e atitudes nas compras, nos divertimentos e nas manifestações culturais. E de todos estes estudos se retiram normas de construção, propostas de dimensionamento urbano e de organização do fogo. A arquitectura limita-se assim, a herdar um esquema «funcional» predeterminado por várias contribuições, e no fundo mais não

---

<sup>1</sup> G. Klaus KÖNIG refere-se à aplicação na estética contemporânea da noção de entropia das comunicações linguísticas. Existe nas formas uma progressiva perda das suas possibilidades de expressão à medida que se tornam lentamente em lugar comum pela sua generalização inevitável. Cada linguagem necessitaria assim de novos contributos que conseguissem inverter o efeito da entropia crescente. É o mesmo fenómeno que correntemente observamos de uma determinada expressão artística perder o seu inicial «élan» revolucionário.

faz do que revestir um esqueleto de exigências precisamente definidas. Aqui talvez nos aproximemos perigosamente da decoração e daquela arquitectura de arranjo de *fachada* contra a qual se revoltou o movimento moderno.

Ainda neste caso portanto, o arquitecto não pode pretender actuar através da sua técnica própria, mas entendendo os justos limites da sua actividade, pode e deve esclarecer-se intellectualmente para que as suas atitudes, embora situadas além daquilo que o seu trabalho lhe propõe como problemas de opção quotidiana, resultem sempre coerentes e legitimamente responsabilizadas.

3. A terceira hipótese de trabalho reconhece à arquitectura uma muito importante função de proposta directamente enunciada, e aceita-a portanto implicitamente como convite de uma promoção social. É neste caso que a arquitectura tem a sua máxima responsabilidade.

Enquanto que nas hipóteses anteriores o arquitecto, para que se verifique na acção a coerência das suas ideias, terá de assumir uma actividade que é afinal *paralela* à actividade profissional, neste caso a actuação social consciente do arquitecto prolonga-se pela actividade profissional e neste aspecto nunca sabemos onde começa uma e acaba outra, já que toda a proposta profissional é também proposta social. Essa relação era de resto, um dos fundamentais pontos de arrancada do movimento moderno, que em GROPIUS, talvez como em mais nenhum, se torna um imperativo necessário. E é exactamente aqui, na posição ideológica, que ARGAN vai encontrar a unidade essencial dos movimentos racionalistas e organicistas. Quanto a ele, *separa estas duas correntes apenas uma divergência de método*<sup>2</sup>.

Mas para que esse *compromisso* se verifique como seguro e eficaz, é necessário que seja o núcleo mesmo da arquitectura criticamente determinado, que se apresente como seu factor. Portanto, isso exigiria logo que fosse feito esse esforço de ordem crítica, e os architectos teriam de provar que a arquitectura (ou melhor a essência da arquitectura) responde real e cabalmente aos problemas de coordenação com que depara. A análise crítica funda-

---

<sup>2</sup> «...E assim como uma funcionalidade plena do organismo social ou da comunidade, não pode actuar confinada dentro dos limites históricos da nação, aquela arquitectura proclamou-se internacional: foi então que os regimes totalitários a definiram como subversiva, e a polémica da arquitectura passando do campo artístico ao da luta política teve... as suas vítimas e os seus heróis... A divergência entre as duas grandes correntes históricas da arquitectura moderna — racional ou orgânica — começa para lá de um postulado comum: a arquitectura deve ser expressão de funções sociais, e não da autoridade do Estado... Ao princípio da autoridade a corrente orgânica quer opôr o instinto contrário, a vitalidade inesgotável do impulso criativo. Ao mesmo princípio a corrente racional opõe uma lúcida, geométrica, inatacável estrutura da consciência.»

mental da arquitectura, suponho, incide presentemente sobre o conceito de *arquitectura-espaço praticável*, e através dele, valoriza ou rejeita propostas oriundas de várias regiões com graus de evolução económica, social e até de industrialização de construção absolutamente díspares. Mas valorizar ou rejeitar pressupõe a possibilidade de cotejar as necessidades e as respostas a essas necessidades em termos de espaço, e assim, ou bem que essa análise espacial se verifica válida, ou me parece que então os arquitectos devem perder as suas pretensões de um *compromisso* ao nível profissional.

O espaço da arquitectura tem hoje de ser encarado com certo positivismo crítico, que lhe garanta uma possibilidade de aplicação imediata, e como instrumento não só de controlo mas até proponente de experiências. Talvez exista em relação à arquitectura ainda um ponto que a diferencia de outras actividades artísticas: é que em arquitectura, a crítica e o projectar têm de caminhar com uma relação muito mais estreita do que em qualquer outra; a espacialidade a que se refere a arquitectura de hoje é uma conquista paralelamente adquirida na crítica e nas obras realizadas. Por outro lado, embora inicialmente posta em relevo por motivos didácticos, sobretudo em relação ao «interior» da construção, esta noção foi logo (e necessariamente para uma continuidade conceptual entre arquitectura e urbanismo) alargada para o exterior, para a ordenação de ambientes urbanos.

Portanto o termo «arquitectura» em sentido lato (o único possível, suponho) deverá significar *modelação de espaços praticáveis*, ainda que esses espaços sejam exteriores.

Nesta terceira hipótese de trabalho, que considera a arquitectura como arte gravemente implicada, podemos tentar verificar a que corresponde a *situação do arquitecto*.

Muitas vezes ele tem sido apontado como técnico em que convergem várias conclusões, e de diversos campos, e mais do que qualquer outro, ele está a aparecer agora indicado para um papel de coordenação e decisão no conjunto das técnicas do planeamento físico. O que interessa certamente saber é se, actuando como planificador, o arquitecto está ou não ainda a ser ele próprio, se no fundo a sua posição não pode ser considerada, em parte, como uma fuga às responsabilidades-de-arquitecto.

Para responder suponho poder introduzir uma distinção entre aquilo que considero *deslocamento de acção* e *alargamento de acção*. No caso geral, o primeiro, dá-se uma simples transferência do ponto de aplicação da actividade profissional. No segundo caso, para que exista alargamento de acção é necessário que se mantenha, a qualquer grau em que se seja chamado a intervir, o elo crítico — e mais, a consciência desse mesmo elo —, com a arquitectura propriamente dita. É exactamente este caminho que me

parece mais árduo, mas também o mais seguro de entre os dois, e na hipótese aqui em estudo da arquitectura ser considerada como proposta social, só este segundo caminho pode interessar.

Tentei encontrar, através da discussão de três hipóteses de trabalho, as relações possíveis entre a arquitectura e a sociedade e ainda a responsabilidade que em cada caso o architecto assumia; conforme as posições críticas por que optarmos, teremos diferentes atitudes a tomar perante outro problema, que agora me parece importante, e que é o da *rentabilidade social da arquitectura*.

4. Poderia talvez considerar-se um pseudo-problema, o do custo social da arquitectura, o da sua rentabilidade. É evidente que não falo dos problemas analisados por exemplo por Chombart DE LAUWE, em relação à habitação; o que pretendo agora é apenas (e porque não posso neste momento levar mais longe um estudo que é moroso e difícil) propor como noção que me parece importante vir a analisar, a do preço que a sociedade paga pela arquitectura ela-mesma, ou se quisermos, o preço que paga por aquilo que normalmente se chama *arquitectura qualificada*. No entanto, podemos perguntar também da legitimidade de levantar este problema. Não é a arquitectura uma arte? Discute-se por acaso a rentabilidade da escultura, da pintura, da música, da poesia, do cinema, da literatura? Que se entende então por rentabilidade artística?

É evidente que este problema ultrapassa o que agora se pretende estudar, e para além dele — ou para aquém dele — é necessário ter em conta que a arquitectura ocupa em relação a outras artes um lugar especial: é de todas aquela que está mais ligada a factores económicos, é a única que se pretende *planificadora e inter-disciplinar*; e isso lhe traz a sua particular importância no rol das artes plásticas, e isso lhe traz também a sua particular responsabilidade. Assim, é natural que em novas sociedades em formação, ou em velhos países com uma orgânica social determinada por uma estratificação ao longo de anos de evolução histórica e que procuram agora novas vias de desenvolvimento coerente, se ponha o problema de saber qual o grau de intervenção que a arquitectura pode ambicionar. Da resposta a este problema depende o fazer-lhe retirar ou confiar papel de relevo na coordenação dos vários sectores da planificação: será assim condenada como um luxo inútil ou aceite como fazendo parte das actividades essenciais desses mesmos países. Por exemplo, é hoje correntemente aceite, pelo menos entre os architectos — e o recente Congresso da U.I.A. em Cuba (Set. 63) verificou-o — a necessidade de intercalar a actividade do architecto na cadeia da produtividade da construção, de maneira a não se repetirem os já abun-

dantes exemplos de «ausência de espírito social e humano», resultado de uma seriação intensa e desordenada.

É na base do inevitável processo de industrialização da construção (na standardização) que o arquitecto poderia e deveria actuar; mas, e aqui reside o nó do problema, interessa saber *como* o pode fazer e os arquitectos talvez não disponham hoje ainda de instrumentos críticos adequados.

Parece então que para que a arquitectura seja económica e socialmente rentável é necessário que ela se verifique *insubstituível* como actividade específica; quer dizer: que terá de ser rentável a *própria essência da arquitectura*. É exactamente este um dos problemas que a atitude de DOLCI sugere: resultará um luxo em países depauperados a actividade do arquitecto? Responder formalmente é uma resposta mediata? Qual o lugar ocupado pela arquitectura numa escolha prioritária de necessidades?

Estas perguntas são postas hoje abertamente numa encruzilhada de crises: uma quantitativa, que se refere ao enorme número de fogos e equipamento vário a construir por ano, mesmo que seja somente para manter a taxa de *habitat* defeituoso; outra, que é a crise interna — que evidentemente não lhe pode ser estranha — da evolução da linguagem architectónica; outra ainda, que resulta da adaptação a novos sistemas de trabalho em obra, e dos problemas postos pela industrialização da construção.

Verifica-se actualmente em alguns países — e a França é um caso típico — um grande desfasamento entre a riqueza e a capacidade sugestiva de análises sociológicas, que aliás são lidas e seguidas, com pelo menos algum interesse, por parte de pelo menos alguns arquitectos, e as próprias habitações que se projectam e o próprio urbanismo que se propõe. Vai toda a diferença que pode existir até entre duas diferentes noções de homem, e isto em parte também porque certo tipo de conclusões, embora importantes, não são imediatamente traduzíveis em termos de acção de projectar.

O trabalho que neste momento parece necessário aos arquitectos é tentar encontrar patamares comuns de discussão com os outros técnicos, já para lhes ser possível esse transporte de conclusões doutros campos para a arquitectura, já para os pôr em dúvida. Trata-se portanto, agora, de criar meios de *controlo de qualidade, não já sobre a construção ou sobre o equipamento, mas sobre a arquitectura ela própria*. É assim necessária uma caracterização *técnica* dessa mesma arquitectura. Este esforço é garantia de sobrevivência e é indispensável. Se não o fizermos, se a arquitectura não souber encontrar as próprias bases teóricas que a justificam, resta-lhe apenas o ser simples actividade secundária, receptadora de dados e interpretações globais que lhe são fornecidos pelas ciências humanas, pela história, pela filosofia, pela economia...

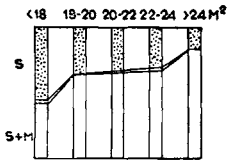


De propósito empreguei acima o termo *técnica*, por o supor em geral usado de forma um pouco confusa, sobretudo quando se fala simultaneamente de técnica e de arte. Podemos, suponho, determinar para *técnica* pelo menos três sentidos não coincidentes: o primeiro é considerá-la no sentido de valor social, em oposição, ou não, a valores éticos; mas de qualquer maneira uma *técnica*, de sentido lato portanto, já é uma categoria isolada: podemos dizer *a técnica*. Noutra pólo, consideramos ainda, de certa maneira, uma oposição ou pelo menos uma graduação de valores, ao falar das técnicas (já em sentido restrito) das várias artes; mas aqui se lhe limita o âmbito a um conjunto de princípios e de exercícios mais ou menos escolares que as permitem. Nenhum destes sentidos é aquele em que eu emprego o termo. É que *técnica* é também e de forma muito importante, *a própria técnica da concepção*. Parece-me ter de passar-se em relação à noção de técnica aquilo que se passou em relação à noção de programa em arquitectura, ao reconhecer-se que esta só era válida quando correctamente respondia a um programa, e que o programa só era qualificado quando propunha desde logo uma arquitectura.

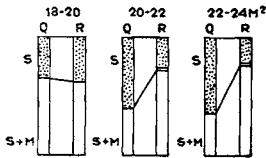
5. Assim, parece-me que a orientação de uma procura actual será a de desenvolver um trabalho de análise teórica e uma paralela análise topofílica sistemática, que dialécticamente se esclareçam e justifiquem, e que esclareçam e justifiquem também em que sentido podemos considerar *socialmente actuante* a arquitectura *como espaço*.

A existência de algumas tendências convergentes parece verificar esta hipótese de programa de estudo. Por exemplo, num inquérito realizado recentemente na Suécia foram feitas propostas de trabalho e chegou-se a algumas conclusões que me parecem bastante sugestivas. Partindo de uma notável constância (2 em cada 3 casos) de dois tipos principais de arranjo interior de uma sala de estar, verificam-se algumas relações entre estes arranjos e o *tamanho* das mesmas salas e, de maneira ainda mais significativa, entre aqueles e a *forma* das salas. Os dois tipos de arranjo são o conjunto-mesa (mesa alta e cadeiras vulgares) e o conjunto-sofá (sofá, mesa baixa e cadeiras de braços). Conclui-se (gráfico I) que, se com menos de 18 ou mais de 24 m<sup>2</sup>, existe uma nítida diferença no número de casos em que aparecem simultaneamente os dois conjuntos, entre aqueles limites a situação é quase estacionária. Analisando em relação à forma esta zona do gráfico, verifica-se (gráfico II) que entre 18 e 20 m<sup>2</sup>, quer a sala seja rectangular, quer quadrada, o número de arranjos simultâneos é bastante semelhante, mas que, a partir dos 20 m<sup>2</sup> até aos 24 m<sup>2</sup>, a influência da forma rectangular é perfeitamente sensível na ordenação de dois

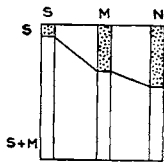
centros de vida na zona diurna do fogo. Aqui é nítida a influência da forma de um interior na maneira de habitar.



I — Constância dos conjuntos — mesa e sofá, com áreas entre 18 e 24 m<sup>2</sup>.



II — Análise da influência da forma (quadrada ou rectangular, para áreas idênticas em cada caso.



III — Verificação da distribuição geográfica nas zonas sul, média e norte, de diferentes maneiras de habitar, patentes na utilização de conjuntos-mesa e conjunto-sofá.

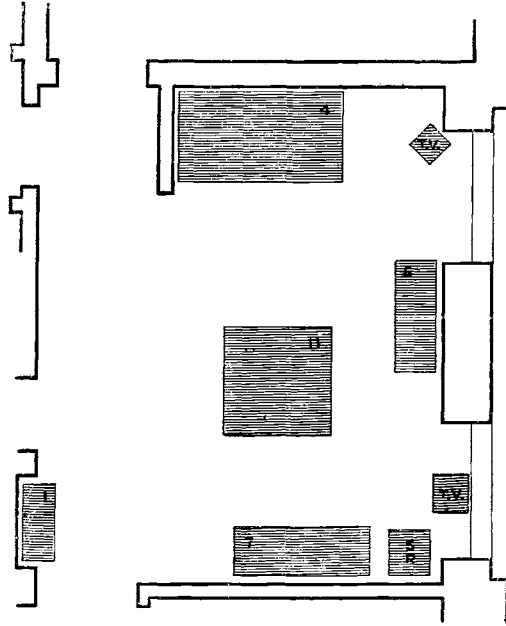
(Extraído de «Living in flats» de Lennard Holm, in *Att Bo*, número especial de 1956).

Esta investigação suponho que era necessário levá-la mais longe e mais profundamente. Um exemplo português é, por outro lado, muito esclarecedor do sentido (um dos sentidos) em que essa investigação se pode e deve processar.

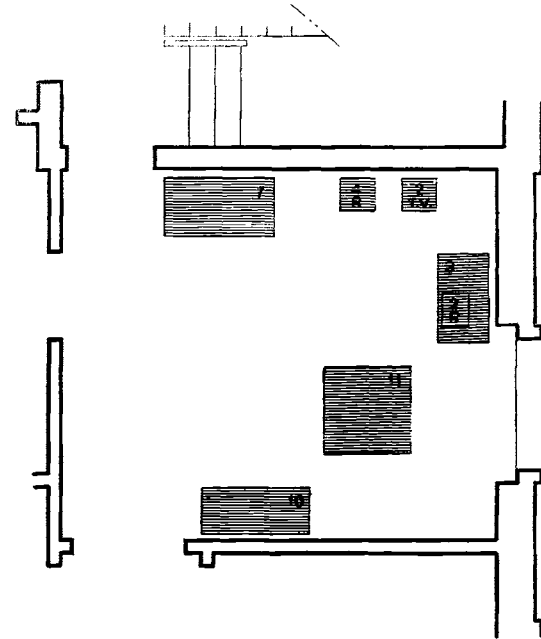
Pondo, um pouco arbitrariamente de lado, exactamente a forma da sala, é lícito supor uma grande influência no facto de existirem duas janelas e um septo de parede junto à porta da rua no primeiro caso. Isso permite exactamente as duas zonas de estar, e um arranjo de ambiente mais interiorizado, mais íntimo. Um estudo a fazer seria o tentar determinar se o elemento de mobília que existe  $\frac{7}{11}$  vezes no segundo caso é um elemento alto ou baixo, escuro ou claro, de maneira a tentar determinar se houve nos moradores a percepção de um espaço desconfortável, e a tentativa ainda que inconsciente da sua correcção pelo mobiliário.

Isto, que se poderia fazer ao nível do jogo do espaço interior, é também importante, evidentemente, ao nível dos espaços urba-

ALVALADE T 3



QUINTA DO JACINTO T 2



*Sobre os móveis vai indicado o número de vezes em que se verifica uma idêntica localização de mobiliário num total de 11 casos inquiridos. Reparar que nas duas plantas a mesa representa 11/11 casos.*

(Ambos os exemplos se baseiam em alguns elementos observados no «Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação» organizado pelo L.N.E.C., de que se encontra publicado o primeiro relatório).

nísticos, pela análise do equipamento urbano, pela análise da função-rua, pela tentativa de conhecer a influência dos factores formais em, por exemplo, uma noção própria de bairro ou na escolha de itinerários. Tudo isto são campos abertos de investigação.

Caso se verifique, como parece, que as opções formais, a materialização de intenções em relação ao espaço, são por si capazes de sugerir e motivar comportamentos diferenciados, isso leva-nos quase certamente à conclusão, não só de que o trabalho em equipa é necessário aos arquitectos para que compreendam a realidade social que os enquadra e para a qual trabalham, como (e isto me parece muito importante), *esse trabalho de grupo é também essencial para que se possa levar mais longe e com maior rigor a própria análise sociológica de comportamentos ao nível do fogo, do pequeno grupo de vizinhança, do bairro, da cidade, etc.*

Caso se não verifique essa acção profunda do espaço considerado qualitativamente, resta ainda à arquitectura (supondo, é claro, que foi feito aquele esforço de domínio e enraizamento teórico a que me referi) a possibilidade de constituir uma síntese viva dos dados recebidos.

Parece terem alguns sociólogos americanos posto recentemente em causa a possível eficácia sobre o comportamento dos grupos das propostas arquitectónicas, e por tudo o que ficou dito — e dentro dos limites do que ficou dito — entendo e aceito a observação, reservando apenas estas duas prevenções.

1.º As próprias ciências humanas ainda estão demasiado incipientes para que delas se possa desde já concluir por uma condenação desta ou daquela actividade sectorial.

2.º Uma actividade de síntese é por si menos analisável por técnicas que não tomem como ponto de partida a síntese ela-própria. Qualquer tentativa de a desenvolver vai fazer incidir a atenção novamente para os elementos de que partiu. De aí que a análise, ainda que sociológica, das obras de arquitectura se não poderá fazer senão a partir do espaço arquitectónico qualitativamente considerado.